

Ensino religioso causa polêmica

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou ontem, sem vetos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A nova lei entra em vigor já causando polêmica: o ensino religioso.

Em seu discurso, o presidente ressaltou que a LDB regulamenta o tema de maneira inovadora e é uma "prova de maturidade" do Congresso, dos educadores, do MEC e da sociedade brasileira. Para o presidente, a nova lei não possui os vícios da anterior, que era recheada de corporativismos e restrições. "Está havendo uma revolução branca na educação", comemorou.

A LDB diz que o ensino religioso será feito sem ônus para o Estado. Como essa observação da lei poderá criar arestas com setores religiosos, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, vai convidar as ide-

res do setor para discutir o tema. O ministro quer encaminhar projeto de lei especificando como vai ser feito o ensino religioso e quem vai pagar o professor quando ministra da em escolas públicas.

Paulo Renato comentou que no Paraná existe uma regra estabelecendo que o Estado paga o salário do professor de religião, mas exige que o ensino da disciplina, optativo em qualquer currículo, seja genérico, atendendo

**FERNANDO
HENRIQUE
SANCIONA
A LDB**

todas as tendências religiosas. O ministro disse que recomendou ao presidente sancionar a lei sem vetar esse ponto da lei. "Se propuséssemos o veto o tema ficaria sem qualquer regulamentação." Só que, com a aprovação da LDB, a discussão atinge nível nacional, daí a necessidade de um projeto de lei a ser discutido com os interessados. (Tânia Monteiro)